

CONSULTA PRÉVIA N.º 299/2023

Caderno de Encargos

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DIGITAIS DA OFERTA EDUCATIVA DA FCT NOVA

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1. ^a	<i>Objeto</i>
CLÁUSULA 2. ^a	<i>Coordenação dos serviços</i>
CLÁUSULA 3. ^a	<i>Prazo contratual</i>
CLÁUSULA 4. ^a	<i>Forma de documentos contratuais</i>
CLÁUSULA 5. ^a	<i>Preço base</i>
CLÁUSULA 6. ^a	<i>Preço contratual e condições de pagamento</i>
CLÁUSULA 7. ^a	<i>Obrigações do Adjudicatário</i>
CLÁUSULA 8. ^a	<i>Obrigações da FCT NOVA</i>
CLÁUSULA 9. ^a	<i>Responsabilidade do Adjudicatário</i>
CLÁUSULA 10. ^a	<i>Dever de recíproca correção</i>
CLÁUSULA 11. ^a	<i>Aceitação dos serviços</i>
CLÁUSULA 12. ^a	<i>Penalidades</i>
CLÁUSULA 13. ^a	<i>Gestor do contrato</i>
CLÁUSULA 14. ^a	<i>Comunicações e notificações</i>
CLÁUSULA 15. ^a	<i>Patentes, licenças e marcas registadas</i>
CLÁUSULA 16. ^a	<i>Subcontratação ou cessão da posição contratual</i>
CLÁUSULA 17. ^a	<i>Sigilo</i>
CLÁUSULA 18. ^a	<i>Casos fortuitos ou de força maior</i>
CLÁUSULA 19. ^a	<i>Proteção de dados pessoais – Conformidade Legal</i>
CLÁUSULA 20. ^a	<i>Direitos de propriedade industrial e de autor</i>
CLÁUSULA 21. ^a	<i>Rescisão do contrato</i>
CLÁUSULA 22. ^a	<i>Direito aplicável</i>
CLÁUSULA 23. ^a	<i>Foro competente</i>

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 24.^a

Especificações técnicas da Prestação de Serviços

CLÁUSULA 25.^a

Acompanhamento da prestação de serviços

CLÁUSULA 26.^a

Fases da Prestação de Serviços

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para Campanhas publicitárias digitais da oferta educativa para a Faculdade de Ciências e Tecnologia | Nova School of Sciences & Technology | **FCT NOVA**, conforme as especificações técnicas constantes da parte II do presente caderno de encargos.
2. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n.º 213/2008), com o CPV: 79341400-0 (Serviços de campanhas publicitárias).

Cláusula 2.ª

Coordenação dos serviços

A coordenação da prestação de serviços será efetuada pela Divisão de Comunicação e Relações Exteriores da **FCT NOVA**.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do presente procedimento até 30 de setembro de 2024 de nos termos definidos na cláusula 26.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Forma de documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato, os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. O preço base (preço máximo que a **FCT NOVA** se dispõe a pagar pela execução do contrato a celebrar) é de **25 000,00 € (vinte e cinco mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. A fixação do preço base resulta da valoração do preço contratual resultante de procedimentos anteriores, para aquisições de serviços idênticas.
3. O preço referido no número um da presente cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **FCT NOVA**, nomeadamente despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, administrativas, formação, apoio técnico, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ao longo do período de vigência do contrato.

Cláusula 6.ª

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pelos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a **FCT NOVA** deve pagar ao Adjudicatário os correspondentes valores constantes da proposta.
2. O pagamento será efetuado nos termos dos números seguintes e da seguinte forma:
 - a) 80% do preço contratual será pago mensalmente em prestações iguais e sucessivas, devendo a fatura ser enviada pelo Adjudicatário à **FCT NOVA** no primeiro dia útil do mês seguinte àquele a que respeita;
 - b) 20% do preço contratual será pago após a conclusão da Fase 3 definida na cláusula 26.ª do presente caderno de encargos.
3. As quantias devidas, nos termos do número anterior, devem ser pagas pela **FCT NOVA** ao Adjudicatário no prazo **de trinta dias** após a receção da respetiva fatura com discriminação dos serviços prestados e do cumprimento dos

requisitos necessários, nomeadamente o registo do compromisso na fatura e a verificação da situação contributiva relativamente a impostos e contribuições para a segurança social.

4. É obrigatória a emissão de faturas eletrónicas por parte do Adjudicatário, as quais devem cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, nomeadamente indicando o número de compromisso na própria fatura.

5. As faturas relativas ao fornecimento no âmbito do presente procedimento deverão mencionar os dados que serão comunicados ao Adjudicatário após a celebração do contrato.

6. Só serão aceites faturas que sejam devidamente emitidas observando o disposto nos números anteriores.

7. Em caso de discordância por parte da **FCT NOVA**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, suspendendo-se o prazo de pagamento até à regularização da situação.

8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

9. Em caso de atraso da **FCT NOVA** no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

10. Sendo solicitado pelo fornecedor adiantamentos de preço, os mesmos só poderão ser efetuados nos termos do artigo 292.º do CCP.

Cláusula 7.ª

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, o Adjudicatário obriga-se:

- a) A prestar os serviços objeto de acordo com o solicitado no presente caderno de encargos, designadamente a manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes na sua proposta;
- b) Ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e na Lei da Proteção de Dados Pessoais – Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;

- c) Ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais;
- d) A manter afetos à prestação dos serviços, o número de trabalhadores necessários à correta execução dos mesmos, de acordo com as normas de operação e segurança aplicáveis;
- e) A assistir e responsabilizar-se pelos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
- f) A afetar sempre à prestação de serviços trabalhadores em condições físicas adequadas ao desempenho dos serviços que se obriga a prestar;
- g) A aceitar a supervisão do contrato pela **FCT NOVA**;
- h) A fornecer toda e qualquer informação relativa à prestação de serviços, sempre que solicitado pela **FCT NOVA**, bem como disponibilizar-se para participar em reuniões de acompanhamento da execução do contrato;
- i) A cumprir, além de outros compromissos legais, com a Segurança Social e possuir seguro de acidentes de trabalho atualizado para todo o pessoal afeto ao fornecimento.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FCT NOVA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, constituem obrigações da **FCT NOVA**:

- a) Facultar ao Adjudicatário toda a informação necessária às tarefas inerentes ao desempenho das respetivas funções, bem como todos os acessos necessários;
- b) Efetuar o pagamento nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.ª

Responsabilidade do Adjudicatário

1. O Adjudicatário responde pelos danos que causar à **FCT NOVA** em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.
2. Sempre que resultem da incorreta execução do contrato, da atuação ou comportamento (culposos ou negligentes) deficientes, incorretos ou pouco zelosos do pessoal do Adjudicatário, ou da falta de segurança ou

qualidade dos materiais utilizados, são da responsabilidade do Adjudicatário a reparação e indemnização dos prejuízos ou danos causados à **FCT NOVA** ou a terceiros até à execução definitiva do contrato.

3. A responsabilidade consignada no número anterior é, contudo, afastada desde que comprovadamente, os danos ou prejuízos causados decorram de motivos não imputáveis ao Adjudicatário e seus trabalhadores ou que resultem da própria natureza ou conceção da prestação de serviços adjudicada.

4. O Adjudicatário é responsável pelos possíveis danos ou extravios comprovadamente provocados pelo pessoal ao seu serviço e quaisquer prejuízos que resultem do não cumprimento do contrato.

5. São da responsabilidade do Adjudicatário os encargos com a formação do pessoal afeto à execução do contrato e a esta necessária.

6. O Adjudicatário é responsável pela disciplina e aptidão profissional do pessoal afeto à prestação de serviços bem como pela reparação de todos os prejuízos por eles causados à **FCT NOVA** e a terceiros.

7. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares em vigor, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nomeadamente no que concerne à organização do tempo de trabalho, aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança, saúde e assistência em caso de acidente de trabalho nos termos da legislação aplicável e em vigor.

8. O Adjudicatário responde ainda perante a **FCT NOVA** pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato a celebrar, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

Cláusula 10.ª

Dever de recíproca correção

1. As partes comprometem-se a respeitar o dever de urbanidade e de correção nas suas relações contratuais.
2. No caso de algum seu trabalhador ou agente violar o dever de urbanidade e correção supramencionado para com algum trabalhador ou agente da **FCT NOVA**, o Adjudicatário compromete-se a, caso se mostre possível, substituir esse trabalhador ou agente por outro no âmbito da execução do contrato a celebrar.
3. Da decisão prevista no número anterior, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, haverá sempre contraditório.

Cláusula 11.ª

Aceitação dos serviços

1. Os serviços que não sejam prestados nos termos previstos no caderno de encargos podem ser rejeitados pela **FCT NOVA**.
2. Os serviços rejeitados serão considerados para todos os efeitos como não prestados.
3. Estas rejeições serão notificadas ao Adjudicatário, obrigando-se este a repor de imediato o correto cumprimento das condições contratadas.

Cláusula 12.ª

Penalidades

1. Em caso de incumprimento culposo ou negligente das obrigações contratuais, designadamente quando o Adjudicatário se recusar ou se atrasar na prestação dos serviços necessários à execução do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, e sem prejuízo das demais sanções decorrentes da lei geral ou especial ou das peças processuais deste procedimento, a **FCT NOVA** aplicará a penalização constante no número seguinte.
2. Por não cumprimento dos serviços conforme estabelecido no presente caderno de encargos, o Adjudicatário terá a penalização de 1%, do respetivo preço por cada dia de atraso sobre o valor da encomenda em falta.
3. A pena pecuniária, prevista para o incumprimento de acordo com o número anterior, será deduzida aos valores que venham a ser devidos pela **FCT NOVA**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a **FCT NOVA** pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do valor base do contrato.
5. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **FCT NOVA** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
7. Caso a aplicação de qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) do preço contratual, a **FCT NOVA** reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

9. O disposto nos números anteriores não tem natureza indemnizatória, não implicando o recebimento daquele montante qualquer renúncia ao direito de a **FCT NOVA** ser compensada pelos danos excedentes causados pelo Adjudicatário em consequência de mora ou não cumprimento de alguma das obrigações estabelecidas no presente caderno de encargos.

Cláusula 13.ª

Gestor do contrato

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato relativo ao presente procedimento, o Gestor de Contrato nomeado, ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será indicado no respetivo contrato.
2. É da responsabilidade do Gestor do Contrato acompanhar permanentemente a execução deste, em nome da Entidade Adjudicante, ao abrigo do Art.º 290.º - A do Código dos Contratos Públicos.
3. Caso o Gestor do Contrato detete desvio, defeitos e outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato à Entidade Adjudicante, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas, que em cada caso, se revelem adequadas e que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as notificações da **FCT NOVA** dirigidas ao Adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo Adjudicatário na proposta.
2. Em sede de execução contratual, todas as notificações do Adjudicatário dirigidas à **FCT NOVA** são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (**FCT NOVA**)

Morada: Campus de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica

Telefone: 351 212 948 300

Endereço eletrónico: a indicar no contrato

3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 15.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a **FCT NOVA** venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja por que título for.

Cláusula 16.ª

Subcontratação ou cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da **FCT NOVA**, incluindo subcontratar, nos termos do disposto no Artigo 318.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual venha a ser celebrado nos termos do disposto no Artigo 318.º - A do CCP.
3. A cessão da posição contratual prevista no número anterior, opera por mero efeito de ato da **FCT NOVA** sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

Cláusula 17.ª

Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **FCT NOVA**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do respetivo contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do respetivo contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de força maior ou casos fortuitos, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) avarias nos sistemas informáticos ou mecanismos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.
7. Havendo situações pontuais de trabalhadores que se recusem a prestar serviço por conflitos com o patronato, o Adjudicatário obriga-se a substituir esses trabalhadores no mesmo dia. Se a substituição não for possível, por

cada trabalhador em falta, serão descontados esses serviços na mensalidade referente ao mês seguinte em que se der esta situação.

Cláusula 19.ª

Proteção de dados pessoais – Conformidade Legal

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados).
2. Em caso de conflito de aplicação ou interpretação de cláusulas do contrato, anexos ou outros elementos dele integrantes e o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, prevalecem as disposições deste último.
3. O Adjudicatário obriga-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhe sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do presente Caderno de Encargos, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração o seguinte:
 - a) Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança, e prevista a sua divulgação ou acesso não autorizados;
 - b) A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a finalidade pretendida;
 - c) Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
 - d) Os dados pessoais não devem ser conservados durante mais tempo do que o necessário;
 - e) Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável;
 - f) Em caso de violação de dados pessoais aplica-se o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
4. O Adjudicatário autoriza a **FCT NOVA** a verificar, em qualquer momento da execução do contrato, se as normas previstas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados estão a ser cumpridas, obrigando-se a prestar a colaboração e esclarecimentos necessários para o efeito.
5. O Adjudicatário declara, para os devidos e legais efeitos, que os dados pessoais dos seus trabalhadores que sejam transmitidos à **FCT NOVA** foram obtidos em conformidade com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Cláusula 20.ª

Direitos de propriedade industrial e de autor

1. Os resultados gerados no âmbito do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento constituirão propriedade plena da **FCT NOVA**, reservando esta para si o direito de requerer proteção, nomeadamente através de direitos de propriedade intelectual, e/ou sem prejuízo do disposto no artigo 60.º do Código da Propriedade Industrial.
2. Não obstante o disposto no número anterior, na eventualidade de ser requerida proteção dos resultados pela **FCT NOVA**, os direitos morais dos respetivos criadores intelectuais ficam salvaguardados nos termos legais.
3. Caso assim o entenda, a **FCT NOVA** poderá ceder a terceiros, a qualquer título, os resultados gerados no âmbito do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, sem necessidade de qualquer autorização prévia por parte do Adjudicatário.

Cláusula 21.ª

Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais aplicáveis, a **FCT NOVA** poderá resolver o contrato nas situações previstas nos artigos 333.º a 335.º do CCP, nomeadamente no caso de o Adjudicatário não fornecer os bens no prazo e nas restantes condições estabelecidas no presente caderno de encargos ou na proposta apresentada.

Cláusula 22.ª

Direito aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplicam-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 23.ª

Foro competente

O foro competente para a resolução de litígios relacionados com a execução do contrato é o Tribunal Administrativo de Lisboa.

PARTE II - Cláusulas técnicas

Cláusula 24.^a

Especificações técnicas da Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços objeto do presente procedimento compreende a prestação de serviços para Campanhas publicitárias digitais da oferta educativa de Mestrados da FCT NOVA, por parte do Adjudicatário e inclui, designadamente:

- 1.1 Análise da posição orgânica e paga da concorrência;
- 1.2 Estudo das *keywords* para desenvolvimento das campanhas;
- 1.3 Briefing com nível de pesquisa, budget e posição esperada;
- 1.4 Desenvolvimento de estratégia (a nível da campanha, grupo de anúncios e anúncios);
- 1.5 Elaboração de “*copy*” com as *keywords* certas;
- 1.6 Produção de criatividades, incluindo a colaboração no desenvolvimento das “*Landing Pages*”;
- 1.7 Monitorização das campanhas lançadas (performance dos anúncios, posição alcançada, conversões, *keywords* e “negativização” das mesmas/higienização das campanhas);
- 1.8 Monitorização dos públicos e criação de públicos personalizados e combinados para otimização de campanhas;
- 1.9 Campanha na Rede de Pesquisa;
- 1.10 Campanha na Rede de Display;
- 1.11 Campanhas de Tráfego;
- 1.12 Campanhas de Interação;
- 1.13 Campanhas para Captação de Leads;
- 1.14 Ligação com website (para campanhas de *remarketing*);
- 1.15 Análise de resultados;
- 1.16 Elaboração de relatórios de resultados (mensais).

2. Os elementos necessários à prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, designadamente *briefing* e elementos da identidade visual serão fornecidos ao Adjudicatário após a celebração do contrato.
3. O Adjudicatário deverá designar um Responsável a afetar à prestação de serviços, designado por líder da equipa, que terá obrigatoriamente de demonstrar ter experiência de pelo menos oito anos em desenvolvimento de estratégia de marketing digital e desenvolvimento Web/multimédia.

Cláusula 25.ª

Acompanhamento da prestação de serviços

1. A **FCT NOVA** acompanhará a execução do contrato a celebrar, podendo, em qualquer momento, fiscalizar ou auditar, a execução dos serviços objeto do presente procedimento.
2. O Adjudicatário, deverá fornecer toda e qualquer informação relativa à prestação, sempre que solicitado pela **FCT NOVA**, bem como se disponibiliza para participar em reuniões de acompanhamento da execução do contrato.

Cláusula 26.ª

Fases da Prestação de Serviços

Os serviços serão prestados pelo Adjudicatário nas seguintes fases:

- a) Fase 1 – Desenvolvimento da criatividade e da “*landing page*”, que deverá estar concluída até 29 de fevereiro de 2024
- b) Fase 2 – Lançamento da campanha, que deverá estar concluída até 31 de março de 2024
- c) Fase 3 – Apresentação de resultados da campanha que deverá estar concluída até 30 de setembro de 2024